Fronteiras cambiantes da vida pública e privada

Shifting boundaries of public and private life

JOHN B. THOMPSON*

RESUMO

O escândalo das despesas dos membros do Parlamento britânico é um exemplo dramático recente de como as fronteiras cambiantes entre a vida pública e a privada são instituições e práticas prejudiciais estabelecidas levando partes inteiras da vida política e social ao caos. Embora a distinção entre o público e o privado não seja de maneira nenhuma nova, há algo de novo na maneira como estes domínios se reorganizaram com o nascimento das novas formas mediadas de comunicação na Europa do início do período moderno. A subsequente proliferação de novas tecnologias de informação e comunicação tem sido um conhecido aspecto de nosso tempo.

Palavras-chave: escândalo, vida pública, vida privada

ABSTRACT

The Members of Parliament's expenses scandal is a recent and dramatic example of how the shifting boundaries between public and private life are disrupting established practices and institutions and throwing whole areas of social and political life into disarray. While the distinction between the public and the private is by no means new, there is something new about the ways in which the domains of the public and the private have been reconstituted by the rise of mediated forms of communication in early modern Europe and by the subsequent proliferation of new information and communication technologies that has become a pervasive feature of our times.

Keywords: scandal, public life, private life

* Professor de sociologia da University of Cambridge, Inglaterra. Autor de O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia (Vozes, 2002), entre outros.



M MAIO DE 2009, o jornal britânico *The Daily Telegraph* passou a publicar informações sobre as despesas feitas em nome dos membros do Parlamento daquele país. O jornal obteve as informações por meio de um CD vindo de fonte sigilosa e, no início daquele mês, começou a publicar fragmentos selecionados do material, liberando-o aos poucos ao domínio público, num pinga-pinga vagaroso que durou várias semanas. As revelações eram bombásticas. Foram matéria de capa de todos os jornais do país e notícia principal nos programas de rádio e de televisão. Rapidamente estava criado um enorme escândalo político gerando reações de revolta por parte do público num nível que dificilmente se encontra nas águas normalmente bem tranquilas do debate público midiático do Reino Unido. A sensação foi de constrangimento conforme os detalhes das despesas, desde as mais triviais às mais absurdas, foram sendo estampados nas capas dos jornais, e muitas figuras do alto escalão político, começando pelo porta-voz da Casa, Michael Martin, foram forçadas a renunciar ou decidiram abster-se das eleições gerais que se sucederiam.

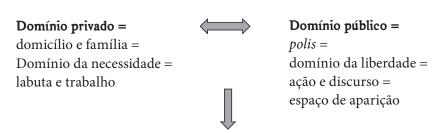
Como foi que isso aconteceu? Por que essa abertura dos extratos de despesas deu origem a tamanha revolta, ainda que em grande parte dos casos não tenha havido quebra da lei e que muitos dos gastos fossem banais em termos financeiros? O grande escândalo das despesas dos membros do Parlamento, que dominou as manchetes no Reino Unido durante boa parte do final da primavera e início do verão de 2009 e foi em grande parte responsável pela caça às bruxas entre as elites políticas britânicas, é um exemplo clássico de escândalo político moderno. Ele apresentou todas as características essenciais para isso - surgimento repentino no domínio público de práticas e informações que os partidos acreditavam ser de domínio privado; sentimento generalizado de que as práticas reveladas continham um viés de transgressão ou de impropriedade; condenação de tais práticas na mídia e em todo lugar; reputações manchadas, carreiras interrompidas, confiança abalada. E ainda assim podemos dizer que havia algo de diferente nesse escândalo específico, derivado em parte do grande número de indivíduos envolvidos. Voltaremos a esse ponto mais tarde, mas quero observar, em primeiro lugar, por que esse fenômeno é assim, em que momento uma informação inicialmente considerada como privada de repente emerge no domínio público, característica que se tornou tão comum na vida pública de hoje.

O PÚBLICO E O PRIVADO

O nascimento do escândalo político é sintomático de uma profunda transformação nas relações entre a vida pública e privada que acompanhou e deu forma ao desenvolvimento das sociedades modernas. É óbvio que a distinção entre público e privado não é exclusiva das sociedades modernas, da mesma forma

que a reflexão teórica sobre tal separação não é uma preocupação somente do pensamento moderno. Há meio século, Hannah Arendt nos lembrava que a distinção entre o público e o privado era um aspecto fundamental do pensamento grego antigo (Arendt, 1958). Para os antigos gregos, comenta Arendt, a capacidade humana para a organização política era diferente, e mesmo oposta, ao tipo de associação natural centrada na casa e na família. O surgimento das cidades-estado possibilitou aos indivíduos terem uma segunda vida, uma *bios politikos*, uma vida política, que era separada de sua vida dentro de casa. Cada cidadão pertencia a duas ordens de existência: sua própria vida e a vida daquilo que era comum. Assim, no pensamento grego antigo havia uma distinção entre o público e o privado que poderia ser representada como na Figura 1.

Figura 1 – O PÚBLICO E O PRIVADO NO PENSAMENTO GREGO ANTIGO DE ACORDO COM HANNAH ARENDT



O surgimento do social = obscurecimento dos domínios público e privado

O domínio privado era o do domicílio e da família. Sua especificidade, no entendimento de Arendt, era ser a esfera em que os seres humanos viviam juntos por questão de carência e vontade. O lar advinha, assim, da necessidade. Ele se caracterizava pelo tipo de atividade que Arendt chamou de labuta e trabalho, que são aqueles pelos quais os seres humanos produzem bens e com eles asseguram sua própria sobrevivência.

Esse quadro era totalmente diferente do domínio público, que era aquele da *polis*, o domínio da liberdade. Para os antigos gregos, a liberdade estava reservada apenas ao domínio político, da *polis*. A necessidade seria um fenômeno pré-político característico do domicílio privado. Força e violência eram justificáveis nessa esfera, ao menos na visão dos gregos antigos, como meio de vencer a necessidade e conquistar o tipo de liberdade possível apenas no domínio público. Enquanto o domínio privado se caracterizava pela labuta e

Fronteiras cambiantes da vida pública e privada



pelo trabalho, o público caracterizava-se pela ação e pelo discurso. Ser político, viver na *polis*, era ter consciência de que tudo seria decidido através das palavras e da persuasão e não pela força ou pela violência. O domínio público era um *espaço de aparição* em que as coisas ditas e feitas poderiam ser vistas e ouvidas pelos demais. O fato de que elas eram vistas e ouvidas pelos outros lhes conferia um tipo de realidade que não teriam de outra forma, uma realidade baseada no fato de que as ações e declarações foram testemunhadas por uma gama de outros. O domínio público era também aquele em que os seres humanos podiam se sobressair, superar a si mesmos através de atos honrosos e corajosos, transcender a mortalidade de sua ordinária individualidade, deixar uma marca na história e, dessa forma, conquistar um certo tipo de imortalidade que transcende a decadência natural do tempo.

É dessa forma que, na perspectiva de Hannah Arendt, os antigos gregos entendiam a distinção entre público e privado e o porquê de ela ser tão fundamental para toda uma concepção que tinham da *polis* e da vida política. A tendência dessa concepção era julgar positivamente o domínio público, e a tratar o domínio privado como necessário, mas ainda sendo um desdobramento subalterno da *polis*. No entanto, na visão de Arendt, independente das forças e das limitações da concepção dos antigos gregos, a distinção foi obscurecida por um desenvolvimento histórico que ocorreu muito tempo depois, com o surgimento das sociedades modernas a partir dos séculos XVII e XVIII em diante – é o que a autora chamou de "o surgimento do social".

Para Arendt, esse surgimento implica que muitas das atividades antes realizadas no confinamento do lar e da família passaram a ser feitas cada vez mais fora de casa, por grupos sociais e classes. A esfera do trabalho se expande para além do domicílio e vai ganhar cada vez mais o espaço social, criando uma sociedade de trabalhadores e empregados, de classes organizadas e partidos políticos buscando a defesa de interesses coletivos. A emergência do social não deixa espaço para o tipo de prática e de discurso que os antigos gregos identificavam como constitutivos do domínio público. É assim que a ação e o discurso se tornam amplamente marginalizados, e o que os gregos entendiam como domínio público desaparece gradualmente. Se hoje resta alguma coisa relacionada à ação e ao discurso, ela só pode ser encontrada, como sugere Arendt, em grupos isolados de cientistas e artistas que resistiram até onde foi possível ao tipo de conformismo e submissão que prevaleceram no que a autora chamou de sociedade de trabalhadores.

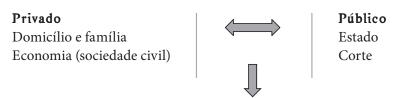
Não vamos retomar aqui em detalhe as ideias de Arendt sobre a emergência do social – o que levantaria muitas questões e nos desviaria da nossa preocupação central. Quero, ao invés disso, investir na relação mutante entre o público e o

privado no início da Europa moderna e levantar uma problemática sobre a perspectiva adotada pela autora: por que ela não levou em consideração o impacto que poderia ter potencialmente a emergência das mídias comunicacionais? De alguma forma é curioso que ela as tenha ignorado – afinal, a autora enfatizava a importância da linguagem e do discurso como aspectos constitutivos da *polis* no pensamento grego antigo. Então, por que não considerar a possibilidade de que a linguagem e o discurso constituintes do domínio público pudessem ser afetados de maneira significativa pela nova mídia impressa que emergia no início da era moderna? E por que não considerar que a relação entre o público e o privado pudesse ser afetada de alguma forma por esse desenvolvimento? A resposta a essa questão não é clara, mas *A Condição Humana* não toca no assunto.

Num livro publicado quatro anos depois de *A Condição Humana*, Jürgen Habermas de algum modo tangencia essa lacuna. O primeiro grande livro de Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, abordou questões similares às que preocupavam Arendt; realmente, Habermas conhecia o trabalho de Arendt e fez referência explícita ao argumento da autora em relação à emergência do social (Habermas, 1989). Mas a perspectiva habermasiana da metamorfose na distinção entre o público e o privado no início da era moderna era muito diferente daquela de Arendt.

Na perspectiva habermasiana, a velha distinção entre público e privado, que de qualquer forma tinha sofrido transformações durante a Idade Média, começa a tomar uma nova forma no início da era moderna na Europa, como ilustrado na figura 2.

Figura 2 – PERSPECTIVA DE HABERMAS SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO INÍCIO DA EUROPA MODERNA



Troca no nível da informação: esfera pública burguesa Esfera pública no mundo das letras Esfera pública no domínio político



Declínio da esfera pública burguesa



Com o nascimento do Estado Moderno, um novo sentido de "público" começa a surgir, agrega um dos sentidos que esse termo tem para nós hoje – reconhecidamente a de ser a esfera de autoridade pública, a administração pública do governo e do Estado. A esfera do privado, por comparação, continua a incluir o domicílio e a família, da mesma forma que na concepção dos gregos antigos. Mas com o surgimento do capitalismo, as atividades de produção e reprodução desvinculam-se cada vez mais do ambiente reservado do domicílio e da família. É a isso que Arendt se referia ao escrever sobre a emergência do social: as atividades relacionadas à produção e à sobrevivência se libertam do confinamento dos domicílios e tornam-se, diz ela, "relevantes publicamente". O que Arendt caracterizou como "a emergência de social" é o que muitos dos primeiros pensadores sociais, como Hegel e Marx, chamaram de a emergência da "sociedade civil". O surgimento da economia comercial, ou sociedade civil, aumentou e transformou amplamente o domínio do privado.

Mas o que há no argumento de Habermas de especialmente diferente e inovador, o motivo pelo qual ele difere significativamente da perspectiva de Arendt, é o fato de chamar atenção para um outro grande desenvolvimento que ocorre no mesmo momento. Enquanto a emergência da economia capitalista implicava no crescimento da troca de bens, as sociedades do início do período moderno na Europa também testemunhavam, a partir dos séculos XVI e XVII, uma crescente troca no nível da informação, precipitada pela ascensão do jornal impresso e outros periódicos. É isso o que Habermas descreve como a emergente esfera pública da sociedade civil ou a "esfera pública burguesa". Ela passou a existir na medida em que novos órgãos de informação *não* eram parte do Estado e sim estruturados separadamente dele e baseavam-se nas atividades de indivíduos em busca de seu próprio empreendimento dentro da sociedade civil. Assim, esse novo tipo de esfera pública era, em certo sentido, um espaço no entremeio – isso é, entre o Estado, por um lado, e o domínio privado do domicílio e da família, por outro. Ela consistia de indivíduos privados que se reuniam para debater entre si e com autoridades do Estado a respeito dos principais assuntos do dia. Era uma esfera de linguagem e discurso, de argumentação e confrontamento, uma esfera em que os indivíduos podiam expressar seus pontos de vista, desafiar o dos outros e contestar o uso do poder pelo Estado. Era, como Habermas coloca, o uso público da razão por indivíduos engajados na prática da argumentação aberta e do debate.

Como essa esfera pública burguesa se originou? Qual era sua inserção institucional? Ela se desenvolveu primeiro no domínio da literatura e foi gradualmente transformando-se em uma esfera pública que incidia diretamente sobre questões políticas. No final do século XVII e início do XVIII os salões e cafés

de Paris e de Londres tornaram-se centros de discussão e de debate – primeiro, literário, a esfera pública no mundo das letras, e depois, crescentemente, para a discussão de questões de interesse mais geral, a esfera pública no domínio do político. A disponibilidade de livros era, sem dúvida, uma condição vital para o debate literário; e assim, a partir do século XVIII em diante, a crescente disponibilidade de jornais e periódicos políticos ajudaram a estimular o debate político e a incitar clamores por reformas políticas essenciais. A imprensa tornou-se um fórum para o debate político crítico, fornecendo um comentário crítico sobre as ações de oficiais do estado. O desenvolvimento disso foi particularmente proeminente no Reino Unido, onde a imprensa gozava mais liberdade do que em algumas outras partes da Europa. Dessa forma, o argumento de Habermas dá um bom destaque ao papel *da mídia impressa* no questionamento da autoridade estabelecida e em fomentar, frequentemente com resistência considerável, o estado moderno constitucional no qual certos direitos e práticas democráticas básicas são dispostos em forma de lei.

Habermas aponta que embora a esfera pública burguesa fosse aberta a todos os indivíduos privados *por princípio*, ela era *na prática* limitada a uma parcela restrita da população. O critério efetivo de admissão eram a propriedade e a educação. Em outras palavras, havia um preconceito de classe inerente à esfera pública – era o *público leitor burguês* do século XVIII. Não obstante, os ideais da esfera pública foram além da forma historicamente restrita na qual ela foi concretizada. A esfera pública burguesa incorporava a ideia de que uma comunidade de cidadãos, unidos como iguais, poderiam compor uma *opinião pública* através da argumentação racional e do debate. Isso incorporava o que Habermas descreveu como sendo o "princípio da publicidade" – nomeadamente, que a opinião pessoal de indivíduos privados poderia caminhar para uma opinião pública a partir do debate racional e crítico entre um grupo de cidadãos.

Mas se essa esfera pública burguesa tinha um papel importante no início da Europa moderna, Habermas argumenta, ela foi gradualmente sendo minada pelo desenvolvimento das sociedades modernas na sequência. Por que? O que aconteceu? Parte da explicação deve-se à perda gradual de importância da cultura dos cafés do século XVIII – muitos cafés fecharam e deixaram de ser possíveis pontos de encontro onde as pessoas liam jornal e debatiam os assuntos do dia. Mas a imprensa dos jornais e dos periódicos também havia mudado: foi assumida por empresas comerciais de grande monta mais direcionadas ao entretenimento e ao lucro do que no desenvolvimento de um debate racional e crítico entre cidadãos. O conteúdo dos jornais tornou-se despolitizado, personalizado e sensacionalista, estratégia adotada como forma de aumentar as



vendas. Somado a isso, novas técnicas de "gerenciamento de opinião" foram desenvolvidas e utilizadas para tentar controlar e direcionar a opinião pública. No decorrer do século XX a esfera pública incorporou uma aparência cada vez mais montada e teatralizada, como o espetáculo *razzmatazz* das festas das convenções dos partidos americanos e das campanhas presidenciais. Habermas descreve esse fato como a "refeudalização da esfera pública": o que ele quis dizer é que a política havia se tornado um tipo de teatro, um show organizado em que o investimento era fornecer aos líderes um tipo de aura e prestígio como a que era conferida no passado aos lordes e aos príncipes na corte feudal da Idade Média.

Habermas fornece-nos um argumento muito poderoso em relação à transformação da esfera pública no início da Europa moderna. O que é particularmente importante, no meu ponto de vista, é o autor perceber que o surgimento da troca no âmbito da informação, como exemplificado com a emergência dos primeiros jornais e da imprensa de periódicos, criou um tipo de esfera pública no início da Europa moderna que não existia antes. Isto é algo que Arendt simplesmente não viu: ela não deu valor ao surgimento da imprensa, embora ela devesse realmente, dada a ênfase localizada na linguagem e no discurso como aspectos constitutivos do domínio público.

Contudo, o valor do *insight* de Habermas é diminuído por algo que ele tem em comum com Arendt – isso se aplica pelo menos em relação ao argumento de Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Assim como Arendt, Habermas foi profundamente influenciado pela ideia clássica grega sobre as virtudes do diálogo e do debate entre pares que se reúnem para discutir questões de interesse geral. Claro que Habermas destinou um papel importante para a mídia impressa e periódica, considerando o nascimento de uma nova organização da esfera pública que aparecia no início da era moderna na Europa; mas o autor não estava interessado no impresso em si, nas características distintivas desta mídia comunicativa e na forma como ela estava transformando as relações sociais. Sua maneira de pensar o impresso era formatada por um modelo de comunicação baseado na palavra falada: a imprensa dos periódicos era parte de um diálogo que se dava nos espaços compartilhados da sociabilidade burguesa. A imprensa era permeada e não podia se separar dos diálogos que ocorriam nos clubes e cafés do início da Europa moderna. Assim, enquanto a imprensa tinha um papel crucial na formação da esfera pública burguesa, tal esfera era definida por Habermas, não em relação ao meio impresso, mas aos diálogos que ela estimulava. A esse respeito, então, a perspectiva de Habermas sobre a esfera pública burguesa carrega a marca indiscutível da concepção clássica grega sobre a vida pública: os salões, os clubes e cafés de Paris e Londres eram

o equivalente, no início da Europa moderna, às assembleias e mercados da Grécia antiga.

Se atentarmos para isso, então fica mais fácil entender por que Habermas estava inclinado a interpretar o impacto das mídias eletrônicas mais recentes, como o rádio e a televisão, muito negativamente (ele escrevia no final dos anos 1950, quando a TV tinha acabado de ser introduzida como um meio de comunicação massivo). Não era simplesmente porque a indústria midiática tinha se tornado mais comercial e se transformado em "indústrias culturais" no sentido em que Horkheimer e Adorno utilizam esse termo. Era também porque o tipo de situação comunicacional criada por essas novas mídias eletrônicas, em que a recepção das mensagens midiáticas é uma forma de apropriação privada, representava um distanciamento da ideia de uma troca dialógica entre indivíduos que se reúnem para discutir a pauta do dia. Como nos diz Habermas, tratando do rádio e da televisão, "hoje o diálogo em si é administrado" (Habermas, 1989: 164). O debate crítico entre cidadãos é substituído por um debate orquestrado, realizado num estúdio e realizado em seu nome. No entanto, se permanecermos vinculados a essa concepção clássica da esfera pública como um debate entre indivíduos que se encontram como iguais no diálogo, nunca entenderemos a natureza do novo tipo de esfera pública que passou a existir em virtude do meio impresso. Estaremos sempre retomando um velho modelo e sempre inclinados a interpretar o papel crescente da comunicação mediada como um tipo de decadência histórica. Ainda que a perspectiva de Habermas vá mais longe que a de Arendt no sentido de destacar a importância da mídia impressa na transformação da natureza da esfera pública no início da Europa moderna, ela, como a de Arendt, permanece vinculada à concepção clássica de esfera pública. Assim, os dois autores, ligados à concepção clássica como estão, não puderam fazer outra interpretação do nascimento das sociedades modernas - com suas divisões de trabalho, com o triunfo do emprego como um tipo de atividade alienada e a proliferação da mídia em que o diálogo é feito por representação - do que como uma história de decadência. Mas o caráter inevitável dessa história de decadência é resultado da filiação teórica compartilhada por Arendt e Habermas, filiação à concepção clássica grega de esfera pública, que corre o risco de nos cegar para as novas formas de publicidade que estão sendo criadas com o desenvolvimento da mídia comunicacional e, entre outras coisas, prejudicar nossa avaliação delas. No meu ponto de vista, precisamos colocar de lado o modelo clássico de esfera pública, vê-lo como um dos modelos possíveis dentre outros e ter uma visão renovada sobre a questão de como o surgimento da mídia impressa e outras mídias transformou e, na verdade, reorganizou a esfera pública.



O SURGIMENTO DA VISIBILIDADE MEDIADA

Como podemos abordar esse tópico? Hannah Arendt nos dá uma pista. Ela observa que no pensamento grego antigo o domínio público é um *espaço de aparição* em que as coisas ditas e feitas podem ser vistas e ouvidas pelos demais assim como por nós mesmos (Arendt, 1958: 50). Ou seja, estão *visíveis aos outros*. E o fato de estarem visíveis aos outros conferia-lhes um tipo de realidade que não teriam de outra forma, uma realidade que consistia no fato dessas práticas e declarações serem testemunhadas por uma pluralidade de outros. Ao mesmo tempo em que Arendt oferece-nos essa magnífica observação, não a desenvolve em detalhe e nem a relaciona com as formas mediadas de comunicação. Então vamos assumir a observação de Arendt como ponto de partida e perguntar: o que é ser visível?

Visível é aquilo que pode ser visto, que é perceptível pelo sentido da visão; podemos contrapô-lo ao invisível, como aquilo que não pode ser visto, que é imperceptível ou oculto à visão. No fluxo normal de nossas vidas cotidianas, a visibilidade está relacionada às possibilidades físicas do nosso sentido da visão e às propriedades espaciais e temporais da situação em que nos encontramos: não podemos ver além de uma certa distância, a menos que com o auxílio de algum tipo de aparato técnico; não podemos ver sem uma certa quantidade de luz, a menos que, novamente, com a ajuda de um aparato técnico; não podemos ver o futuro ou o passado. O que vemos é aquilo que pertence ao nosso campo de visão, cujas fronteiras são moldadas pelas categorias espaciais do aqui e agora. A visibilidade comum é sempre localizada: aqueles que são visíveis para nós são aqueles que compartilham conosco a mesma referência espaço-temporal. A visibilidade é também recíproca (ao menos a princípio): podemos ver aqueles que estão dentro do nosso campo de visão e eles também podem nos ver (contanto que nós não estejamos ocultos de alguma forma). Poderíamos descrever esse fenômeno como a visibilidade localizada da copresença.

Mas com o desenvolvimento da mídia comunicacional, começando pela impressa no início da Europa moderna e seguindo pela mídia eletrônica nos séculos XIX, XX e XXI, a visibilidade é liberada das condições espaciais e temporais do aqui e do agora. A visibilidade dos indivíduos, práticas e eventos é liberada da necessidade de dividir um mesmo referencial – é isso que chamo de *visibilidade mediada* (Thompson, 1995, 2005). Uma pessoa não precisa mais estar presente no mesmo referencial espaço-temporal para ver a outra ou para testemunhar uma ação ou evento. O campo da visão é alargado em termos de espaço e possivelmente de tempo também: uma pessoa pode acompanhar eventos distantes dela *ao vivo*, no momento em que acontecem, em tempo real; uma pessoa pode também acompanhar eventos distantes dela que tenham

ocorrido no passado e que possam ser reapresentados no presente. E mais, essa nova forma de visibilidade mediada não tem mais um caráter recíproco. O campo da visão é uni-direcional: a pessoa que vê pode observar os outros que estão distantes dela sendo filmados ou fotografadas ou representados de alguma forma, mas estes não podem, na maior parte dos casos, vê-la.

Assim, o desenvolvimento das mídias comunicacionais acabou por gerar uma nova forma de visibilidade – ou, para ser mais preciso, novas formas de visibilidade cujas propriedades específicas são moldadas por meios específicos de comunicação. O que entendemos como esfera pública hoje é essencialmente e indiscutivelmente constituído por essas novas formas de visibilidade mediada – é, em outras palavras, uma publicidade mediada. Isso não quer dizer que essa seja a única forma de publicidade existente hoje. Temos também, no mundo moderno, a publicidade marcada da copresença – ainda nos reunimos para discutir questões de interesse comum, como o fazemos, por exemplo, nos conselhos, nos encontros de colegiados ou, certamente, nos fóruns parlamentares como a Câmara dos Comuns. Mas esse tipo de publicidade da copresença é complementada e agora está também inseparavelmente interligada com a publicidade mediada que veio a surgir com a mídia comunicacional.

Nessas novas formas de publicidade mediada, o campo de visão não é mais restrito pelos referenciais espaço-temporais do aqui e agora, mas, ao invés disso, é moldado pelas características particulares das mídias comunicacionais, por uma gama de considerações sociais e técnicas, como ângulos de câmera, processos de edição, interesses e prioridades das organizações de mídia, e pelos novos tipos de interação que essas mídias possibilitam. Ele é moldado também pelo fato de que, na maioria das mídias comunicacionais, o visual não é uma dimensão sensória isolada, mas normalmente vem acompanhado da palavra falada ou escrita – é o audiovisual ou o texto-visual. O ato de ver nunca é *visão pura*; o ato de ver é sempre moldado por um conjunto mais amplo de pressupostos e enquadramentos culturais e pelas indicações faladas e escritas que comumente acompanham a imagem visual e modelam a forma como as imagens são vistas e compreendidas.

Podemos ressaltar a importância desta nova forma de visibilidade concentrando-nos por um instante numa área em que suas implicações são especialmente profundas – as relações complexas e cambiantes entre visibilidade e poder político. Antes do desenvolvimento da imprensa e de outras mídias, a visibilidade dos líderes políticos dependia em larga medida de sua aparência física perante os outros em situações de copresença. Na maioria dos casos, essa aparência poderia restringir-se aos círculos relativamente fechados da assembleia da corte: visibilidade implicava copresença, e os líderes políticos

Fronteiras cambiantes da vida pública e privada



eram visíveis geralmente só para aqueles com quem interagiam rotineiramente nas situações cotidianas de contato direto. Seu público consistia basicamente de membros da elite empoderada ou de indivíduos que participavam da vida social da corte. Para a maioria das pessoas nas sociedades antigas ou medievais os líderes mais poderosos eram raramente vistos.

Mas com o desenvolvimento da imprensa e de outras mídias, os líderes políticos ganham um tipo de visibilidade que se desvincula de sua aparição física diante de plateias reunidas. Os líderes utilizam-se dos novos meios de comunicação, não somente como um veículo para promulgar decretos oficiais, mas também como meio para fabricar sua autoimagem. Os monarcas do início da Europa moderna eram bem versados nas artes da criação de uma imagem: elas eram construídas não apenas nas mídias tradicionais, como a pintura e a escultura, mas também nas mídias mais novas da imprensa. Gradualmente, a visibilidade de líderes políticos e de outros foi tomada separadamente de sua aparência diante daqueles que se reuniam com ele no mesmo referencial espaço-temporal.

O desenvolvimento das mídias eletrônicas – o rádio, a televisão e as novas mídias relacionadas à internet – representaram, de alguma forma, a continuidade de um processo disparado com a imprensa, mas elas ao mesmo tempo marcam também um novo ponto de partida. As mídias eletrônicas possibilitaram a transmissão de informações e conteúdos simbólicos por largas distâncias com pouco ou mesmo nenhum atraso. Consequentemente criam um tipo de *simultaneidade desespacializada*: quem está distante pode se fazer visível praticamente no mesmo instante de tempo, pode ser ouvido no mesmo momento em que fala e pode ser visto no momento em que executa a ação, embora não compartilhe o mesmo referencial de espaço com os indivíduos para os quais está visível. Ainda, as mídias eletrônicas contam com uma riqueza de produções simbólicas possibilitando a reprodução de algumas das características da interação direta nessas novas mídias – a audição mediada, no caso do rádio, e as entradas oral e visual no caso da televisão e da internet.

A maneira pela qual os líderes políticos se apresentam perante as outras pessoas foi moldada pelas novas formas de visibilidade e audibilidade. O rádio permitiu aos líderes falarem diretamente a milhares ou mesmo milhões de outras pessoas, gerando um outro tipo de intimidade bem diferente da relação palestrante-público característica das reuniões das massas tradicionais. Some-se a isso a riqueza visual da televisão e o palco está montado para o florescimento de um novo tipo de intimidade na esfera pública – o que eu chamei de "intimidade não-recíproca à distância" (Thompson, 1995: cap.7). Agora os líderes políticos podem abordar assuntos como se fossem da família ou como se fossem amigos.

E dada a capacidade da televisão de fornecer imagens em close, os indivíduos podem examinar as ações e declarações de seus líderes minuciosamente com o mesmo tipo de atenção em detalhe que antes era reservada àqueles com quem tivessem uma relação pessoal íntima.

O desenvolvimento das mídias comunicacionais deu origem, dessa forma, a um novo tipo de visibilidade desespacializada produzindo uma forma íntima de autoapresentação liberada das limitações da copresença. A indiferença impessoal da maioria dos líderes políticos do passado foi, de forma crescente, substituída por esse novo tipo de intimidade mediada. Nela, os políticos puderam se apresentar não somente como líderes, mas como seres humanos comuns comentando temas como um cidadão qualquer, abrindo seletivamente certos aspectos de suas vidas e de seu caráter num tom de conversa ou até mesmo confessional. Mas na medida em que as mídias comunicacionais criaram oportunidades para que os líderes políticos aparecessem perante outras pessoas de uma maneira e numa escala jamais vista antes, criaram também novos *riscos* – voltaremos a isso mais adiante.

A TRANSFORMAÇÃO DA PRIVACIDADE

Temos nos concentrado na questão de como o domínio público foi modificado a partir do desenvolvimento das sociedades modernas, mas o que dizer sobre o domínio privado? Como ele foi afetado pelas mudanças institucionais que moldaram o desenvolvimento das sociedades modernas por volta do século XVI em diante?

Recuperemos Arendt mais uma vez. Para os gregos antigos, o domínio privado era aquele do domicílio e da família. Era a esfera da necessidade, na qual os seres humanos se moviam por suas vontades e necessidades e onde investiam na sua própria reprodução e na da espécie. Ela era contrastada com a esfera pública, que era o domínio da liberdade, em que os seres humanos poderiam satisfazer todo seu potencial como seres humanos. Assim, no pensamento grego antigo, segundo Arendt, a esfera privada era entendida em seu sentido original de "privação", de "ser privado de": significava ser privado das coisas que compõem uma verdadeira vida humana, ser privado da realidade que acompanha o fato de ser visto e ouvido pelos outros, ser privado dos relacionamentos que advêm do compartilhamento de um mundo em comum, e ser privado da possibilidade de conquistar algo mais duradouro que a vida em si (Arendt, 1958: 58). Então, no pensamento grego antigo o domínio privado era realmente secundário em relação ao domínio público: era esse último que realmente importava, e o domínio privado era relevante apenas por dar as condições necessárias para que os indivíduos sobrevivessem e assim participassem do domínio público.

Fronteiras cambiantes da vida pública e privada



A maneira com que os antigos gregos pensavam sobre o privado lançou um tipo de sombra em como nós concebemos o privado no pensamento ocidental. Eles o entendiam basicamente em termos de falta – a falta do que compõe a verdadeira vida humana. Mas esta é uma maneira muito unilateral de entender o privado e uma visão parcial de conceber o que é viver uma verdadeira vida humana. Até mesmo Hannah Arendt tinha a percepção de que não se pode dar uma perspectiva satisfatória do domínio privado puramente em termos de falta: existem, como ela coloca, certos traços de privacidade não-privativos que essa perspectiva não considera. Acima de tudo, a esfera privada proporciona aos indivíduos um espaço para se recolher do brilho da vida pública e de ser constantemente visto e ouvido pelos outros. "Passar a vida completamente em público, na presença de outros," diz Arendt, "torna-se, como poderíamos dizer, superficial. Se por um lado absorve sua visibilidade, por outro perde a qualidade de emergir saído de um patamar mais obscuro e que deve ser mantido oculto para não perder sua profundidade num sentido bem real e não-subjetivo" (Arendt, 1958: 71). Na história pós-clássica do pensamento ocidental, e especialmente na tradição do pensamento político liberal dos séculos XVII e XVIII, este insight é normalmente teorizado em termos da defesa da propriedade privada, porque a proteção da propriedade privada é vista como o único caminho confiável no qual esse espaço privado pode ser assegurado.

Não estenderei mais a discussão sobre a propriedade privada, embora ela tenha um papel importante em qualquer tentativa séria de entender as maneiras historicamente mutantes de se pensar o que é o privado no ocidente. Quero assumir um outro fio condutor importante para o entendimento do que é o privado e do valor que isso tem hoje. É também um caminho associado à tradição do pensamento político liberal que floresceu no início do período moderno. Uma das ideias centrais do liberalismo era a de que os indivíduos têm certos direitos básicos que precisam ser garantidos frente ao abuso de poder de governos despóticos. A tradição do pensamento liberal democrático que despontou nos trabalhos de pensadores como Locke, Hume, Kant e John Stuart Mill é variada e complexa. Não quero discuti-la em detalhe aqui, mas sim me deter por um momento sobre a relação entre o indivíduo e o Estado.

Os pensadores do liberalismo político escreveram num contexto muito diferente daquele do mundo antigo. No início do período moderno na Europa, os Estados eram instituições poderosas e aumentavam cada vez mais seu poderio; o poder político e militar estava cada vez mais concentrado nas instituições que eram os estados modernos. Por outro lado, a maior parte das lideranças era ainda hereditária – reis ou rainhas investidos de poder por nascença. Nesse

contexto, era muito radical dizer que os indivíduos tinham certos direitos básicos e que havia limites no exercício do poder do Estado, mas é exatamente isso o que os primeiros teóricos políticos como Locke sustentavam. Uma das ideias centrais do pensamento político liberal era a de que os indivíduos têm certos direitos básicos ou liberdades civis, como liberdade de expressão e de livre associação, e que esses direitos são necessários para a proteção individual em relação ao uso excessivo do poder do Estado. É por esse motivo que, na tradição do pensamento liberal, há limitações ao poder do Estado e este se torna ilegítimo ao excedê-los. Esta ideia de que os indivíduos têm certos direitos fundamentais a serem respeitados pelo Estado foi subsequentemente inserida na estrutura constitucional dos Estados ocidentais modernos, mais notadamente na Declaração de Direitos Norte-Americana (American Bill of Rights).

Há dois motivos para que esse fato seja relevante para a questão da privacidade. Em primeiro lugar, fornece parte do contexto social e político no qual emergem as questões de privacidade para nós hoje – ao menos para aqueles que vivem no Ocidente. Ou seja, quando pensamos nessa questão hoje, não a estamos considerando apenas ou fundamentalmente nos termos do pensamento grego antigo; de outro modo, entendemos a privacidade num contexto que também tem sido profundamente moldado pela tradição da teoria política liberal democrática, preocupada, entre outras coisas, em definir os limites do poder do Estado.

A segunda razão é que hoje estamos inclinados a pensar a privacidade como um tipo de direito, algo que, como indivíduos, reclamamos que legitimamente nos pertence. Na verdade, com o desenvolvimento das sociedades modernas nos séculos XIX e XX, era essa a tendência para lidar com as questões de privacidade na lei. Em 1980 foi publicado na Harvard Law Review um artigo escrito por Samuel Warren e Louis Brandeis que ficou famoso, chamado The Right to Privacy. Os autores defendiam o reconhecimento legal ao direito de privacidade, com sua famosa definição como "direito de ser deixado em paz". Warren e Bradeis estavam preocupados com o possível impacto das tecnologias que eram novas na época - e no final do século XIX, isso queria dizer a fotografia e a imprensa popular, esta última tornando-se cada vez mais sensacionalista. Eles estavam preocupados com a possibilidade dessas mídias trazerem prejuízos aos indivíduos por ultrapassarem os limites da decência e da propriedade. A lei da difamação protegia as pessoas dos falsos testemunhos que poderiam manchar a reputação individual, mas isso não chega a ser o mesmo que privacidade. Para Warren e Brandeis, a privacidade é o direito de ser deixado em paz: o direito de cada pessoa de decidir até que ponto "seus pensamentos, sentimentos e emoções devem ser comunicados





aos outros." O artigo em questão, ao menos nos Estados Unidos, influenciou enormemente e pautou o debate sobre a privacidade por todo o século XX. Era visto por muitos como uma elaboração plausível da Quarta Emenda da Constituição norte-americana como sedimentada na Carta de Direitos – nomeadamente, "o direito das pessoas de estarem seguras em sua pessoa, casas, papéis e efeitos".

Contudo, a perspectiva oferecida por Warren e Brandeis é pouco satisfatória tendo em vista a conceituação do que é a privacidade hoje. Entre outros motivos, ela é simplesmente muito ampla: com a definição apresentada, qualquer tipo de comportamento ofensivo, ou até mesmo uma pergunta inocente, como parar alguém na rua e pedir informações, pode ser entendido como uma invasão de privacidade (Allen, 1988). A maior parte das demais tentativas de conceituar a privacidade em termos de intimidade, de sigilo e do âmbito pessoal têm outras deficiências igualmente complicadas¹. Como poderíamos então conceituar privacidade?

 Para uma boa revisão e crítica dessas variadas concepções, ver Daniel J. Solove (2008).

No meu ponto de vista, a maneira mais produtiva de se conceituar privacidade é em termos de controle. Em seu sentido mais fundamental, privacidade tem relação com a habilidade dos indivíduos em exercer controle sobre alguma coisa. Normalmente esta coisa é interpretada como informação: ou seja, privacidade é a habilidade de controlar as informações sobre si mesmo, e também de controlar a maneira e até a medida que essas informações são comunicadas aos outros. Mas o conceito não precisa ser tomado apenas em termos de informação. Por exemplo, Beate Rössler (2005) define privacidade como a habilidade de controlar o acesso a algo, do qual a informação é uma das formas, havendo outras. A autora distingue três dimensões da privacidade: privacidade informacional, que é o controle das informações sobre nós mesmos e o direito de protegê-las do acesso indesejável de outras pessoas; privacidade decisional, que é o controle de nossas decisões e ações e o direito de protegê-las da interferência indesejada por parte de outras pessoas; e a privacidade espacial, que é o controle de nossos próprios espaços e o direito de protegê-los contra a invasão indesejada de outras pessoas. Assim, as violações podem ser definidas a partir de cada uma das formas de privacidade apresentadas: como aquisição e o uso ilícitos de informações sobre nós; como interferência ilícita em nossas ações e decisões; e como invasão ilícita em nossos espaços, tanto na forma de invasão física como através de vigilância.

Continuaremos desenvolvendo essa concepção de privacidade como controle baseando-nos na noção de territórios do *self* de Goffman (1972). Poderíamos dizer que há certos territórios do eu que são ao mesmo tempo espaciais e informacionais por definição. Tais territórios constituem um campo ao qual o

indivíduo normalmente se reporta como seu, a ponto de, quando outros tentam invadi-lo, o fato é sentido como transgressão ou violação. Sugiro aqui então, se me permitem, uma definição rudimentar: poderíamos dizer que o privado consiste nessas teorias do *self*, que incluem o ambiente do *self* e as informações dele, material sobre o qual o indivíduo tenta exercer controle e restringir o acesso de outras pessoas. Os direitos relacionados à privacidade são aqueles em que o indivíduo tem que exercer controle e restringir o acesso dos outros. Alguns desses direitos são reconhecidos pela lei, mas muitos não – a ideia de que há territórios do *self* e que os indivíduos têm certos direitos sobre esses territórios é mais ampla do que aquela do direito à privacidade reconhecido pela lei. A lei reconhece apenas alguns direitos relacionados à privacidade, e a extensão em que os direitos à privacidade são reconhecidos na lei varia de país para país. Então não precisamos necessariamente tomar a lei como nossa guia aqui: podem haver alguns direitos à privacidade que não são formalmente reconhecidos na lei.

Vou me estender mais nesse tópico pontuando três aspectos: Em primeiro lugar, é importante notar que o que se entende como "privado", e o que se entende como invasão ou violação de privacidade varia com o contexto - em outras palavras, o privado é altamente contextual. Esse ponto é muito bem desenvolvido por Helen Nissenbaum (2004, 2010), que apresenta uma perspectiva da privacidade em termos do que ela chama de "integridade contextual". Seu argumento é que a privacidade tem sempre de ser analisada na relação com as diferentes esferas ou contextos em que os indivíduos vivem. Em cada uma delas há normas específicas para regular o que é apropriado e aceitável na maneira como a informação é revelada e compartilhada. Nissenbaum distingue, nesse ponto, dois tipos de normas: há, de um lado, o que ela chama de normas de adequação, e de outro, fluxo de distribuição ou de informação. Por exemplo, quando vamos ao nosso médico é apropriado dizer detalhes de nosso estado de saúde para ele, mas não o contrário - ou seja, nós não esperamos que o médico nos conte sobre a saúde dele. Esta é uma norma de adequação que rege nossas ações - nós a conhecemos, a assumimos como algo dado e agimos com base nela. Mas há ainda uma outra norma, de distribuição ou fluxo de informação. Então, para manter o exemplo: nós presumimos que o que dizemos ao médico é confidencial, e não esperamos que ele forneça detalhes a outras pessoas sem o nosso consentimento explícito. Assim se nossa ficha médica é colocada à venda num site sem nosso consentimento, a norma de distribuição ou fluxo de informação está sendo violada. No entanto, as normas que se aplicam num determinado contexto não servem necessariamente em outro. Por exemplo, as normas de adequação e fluxo de informação que se aplicam na relação médico-paciente



não serão necessariamente as mesmas da relação entre amigos, ou entre patrões e empregados. Normas diferentes aplicam-se a contextos diferentes, mas haverá, de qualquer maneira, normas de algum tipo. Em todo contexto haverá normas que regulem a adequação e o fluxo de informação, e a violação de privacidade acontece quando alguma dessas normas é quebrada.

O segundo aspecto está ligado ao papel das tecnologias de informação e de comunicação. Eu apresentei os territórios do self como sendo ao mesmo tempo espaciais e informacionais – na verdade, a informação é provavelmente mais importante nesse caso do que os espaços territoriais em si. Não que o espaço seja irrelevante: os indivíduos assumem mesmo certos espaços como seus próprios, como se fossem suas casas, seus jardins ou quartos. Mas seria enganoso pensar que os territórios do self se caracterizem por serem inteiramente espaciais – certamente, a noção de território pode ser um pouco enganosa aqui, já que ela invoca a imagem do espaço físico, quando na realidade muito dele é puramente informacional ou "virtual". As informações sobre nossa vida pessoal ou sobre nosso estado de saúde são parte de nosso território do *self* tanto quanto o espaço físico da casa ou do quarto que ocupamos. E a habilidade de controlar essas informações ou de ter acesso a elas é afetada profundamente pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação. Essas tecnologias podem estar voltadas para a vigilância, o que dá a outras pessoas, incluindo agentes do Estado e outros tipos, como jornalistas e paparazzi, a possibilidade de se intrometer sigilosamente na vida dos outros. Estão incluídas também as tecnologias de comunicação que permitem divulgar informações sobre si mesmo ou sobre outras pessoas, além de novas maneiras de compartilhar envolvendo níveis de controle variáveis. Indivíduos que compartilham informações nesses contextos imaginam que têm controle, mas talvez não tenham – é possível que tenham menos controle do que imaginam.

Temos, então, que nos livrar da tentação de pensar a "esfera privada" em termos de espaços físicos que sejam como nossa casa. Eles são parte do que forma a esfera privada, mas ela não se restringe a isso e os espaços estão cada vez menos importantes como seu aspecto constituinte. A esfera privada não pode mais ser pensada, se é que um dia pode, como um espaço físico. Tal ideia – condizente com a maneira dos antigos gregos pensarem o domínio público – é insustentável num mundo em que as tecnologias da informação e da comunicação transformaram a maneira como a informação é disseminada, acessada e controlada. Da mesma forma que as mídias comunicacionais quebraram a ideia de uma publicidade baseada no compartilhamento de um referencial comum, elas têm também crescentemente desvinculado a noção de privado de um espaço físico como a casa em que um indivíduo habita e para onde pode

retornar para escapar do brilho da vida pública. Hoje, quando um indivíduo está no espaço de sua casa ou quarto e entra na rede, divulgando informações sobre si mesmo a milhares ou milhões de outras pessoas, em que sentido este indivíduo está situado na esfera privada? Ele pode estar num espaço privado que é o da casa, mas ao mesmo tempo está participando de uma arena pública de disseminação de informação. Então nós não podemos pensar no que é privado exclusivamente, ou mesmo primariamente, em termos de um espaço físico. O privado agora consiste cada vez mais em um domínio desespacializado de informação e de conteúdo simbólico sobre o qual o indivíduo acredita que deva exercer controle, independente de onde esse indivíduo e onde essa informação possam estar localizados.

Isso me leva ao terceiro aspecto: independentemente do fato de os indivíduos acreditarem que possam e devam exercer controle sobre as informações que lhes digam respeito, não significa necessariamente que tenham sempre o direito a isso, ou que qualquer direito à privacidade irá sobrepor outras considerações. Ao contrário, o direito à privacidade é um dos direitos, e os casos particulares podem ser suplantados por outros fatores de maior peso, ao contrapor direitos e queixas, numa deliberação normativa sobre os méritos envolvidos.

FRONTEIRAS CAMBIANTES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Se a análise que desenvolvi aqui é correta, então o que podemos entender como a "esfera pública" hoje é um espaço complexo de fluxos de informação em que "ser público" significa "estar visível" nesse espaço, ser capaz de ser visto e ouvido pelos outros. Ela é, para usar a expressão de Hannah Arendt, um "espaço de aparição" onde o simples fato de aparecer confere às palavras e ações um tipo de realidade que elas não tinham antes, justamente porque agora são vistas e ouvidas por outras pessoas. No entanto, ao contrário da noção clássica grega de domínio público, este espaço de aparição não tem características espaciais – é, na verdade, desespacializado, justamente porque é constituído por formas mediadas de comunicação agora não-dialógicas e desespacializadas por princípio. É também um espaço muito incontrolável, no sentido de que, no momento em que essas palavras e ações surgem nele, fica muito difícil acompanhar o que acontece com elas. Parte da realidade que ações e palavras adquirem é por se tornarem um registro, um traço permanente que pode circular indefinidamente no âmbito dos fluxos de informação e assim serem reproduzidas em muitas mídias e contextos diferentes. No momento em que palavras e ações tornam-se públicas nesse espaço, o são para sempre - "imortais", mas num sentido bem diferente do tipo de imortalidade de que Arendt imaginava ao escrever sobre os antigos gregos e a significação que vinculavam ao trabalho e às tarefas imortais.

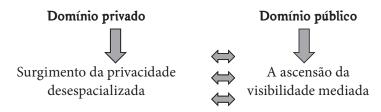




De forma similar, "a esfera privada" consiste nos territórios do *self* sobre os quais o indivíduo procura exercer controle e restringir acesso de outras pessoas. Tais territórios são ao mesmo tempo espaciais e informacionais por princípio, mas o espaço físico é muito menos importante para o nosso entendimento moderno sobre o domínio privado do que era para a concepção que os antigos gregos tinham sobre ele como domínio do domicílio e da família. Conforme a esfera pública se torna um espaço desespacializado, a esfera privada transformou-se cada vez mais no domínio desespacializado da informação e do conteúdo simbólico, sobre os quais busca exercer controle.

A restituição do público e do privado, como esferas de informação e de conteúdo simbólico amplamente desvinculadas de referenciais físicos e cada vez mais interligadas às crescentes tecnologias da comunicação e dos fluxos de informação, criou uma situação muito fluida em que os limites entre público e privado são imprecisos e em frequente mutação. As fronteiras que se encontram em qualquer momento são porosas, contestáveis e sujeitas à negociação e disputa constantes.

Figura 3 – FRONTEIRAS CAMBIANTES ENTRE A VIDA PÚBLICA E PRIVADA



Fronteiras cambiantes entre vida pública e privada

A habilidade dos indivíduos em exercer controle sobre seus territórios do *self* e de restringir o acesso a eles é constantemente posta em cheque, e em alguns contextos, comprometida pelo fato de que os outros podem se valer dos novos meios – tecnológicos, políticos e legais – para ter acesso, conseguir informações, explorá-las em benefício próprio e, em algumas ocasiões, torná-las públicas. As fronteiras mutantes entre a vida pública e a vida privada tornam-se um novo campo de batalha nas sociedades modernas, um terreno disputado em que os indivíduos e organizações travam um novo tipo de guerra da informação: usando de todos os meios disponíveis para obter informações sobre os outros e para controlar as informações sobre si mesmos, muitas vezes esforçando-se

para lidar com mudanças que não puderam prever e com agentes cujas intenções não puderam entender. Trata-se de um terreno em que as relações de poder estabelecidas podem ser abaladas, vidas podem ser prejudicadas e até, em alguns casos, reputações podem ser perdidas.

Retornemos agora ao grande escândalo das despesas dos membros do Parlamento para que possamos examinar o caso pela perspectiva das fronteiras cambiantes entre o público e o privado. Em 2004, uma jornalista chamada Heather Brooke alegou o Ato pela Liberdade de Informação (Freedom of Information Act) para tentar conseguir detalhes das despesas dos membros do Parlamento Britânico. Os atos pela liberdade de informação, que ganharam força em muitas sociedades ocidentais nas últimas décadas, são peças-chave no cenário em que emergem as novas guerras de informação. Eles fornecem aos indivíduos e às organizações - às organizações de mídia também - justamente uma arma poderosa, com sustentação legal, para solicitar a abertura de informações resguardadas por outros, inclusive do governo e daqueles que estão no poder. Heather Brooke adquiriu alguma experiência em utilizar essa nova arma, porque tinha trabalhado antes em diversos jornais dos Estados Unidos e utilizou as leis de liberdade de informação desse país para obter informações sobre os gastos feitos por políticos. Mas no Reino Unido encontrou resistência, em parte porque o ato pela liberdade de informação era muito novo e ninguém sabia realmente o que era permitido e em parte porque foram os indivíduos na Câmara dos Comuns que atentaram para o perigo e trabalharam ativamente bloqueando acesso às informações de despesas. Inclusive foi apresentado um projeto de lei pelos Comuns em maio de 2007 que isentava o Parlamento do Ato de Liberdade da Informação, embora esse projeto nunca tenha virado lei. Uma batalha intensa se deu durante 2007 e 2008 para ter acesso ao material, com a Câmara dos Comuns, sob a liderança do presidente Michael Martin, apelando da decisão do Comissário de Informação que permitia a publicação de detalhes das despesas dos 14 membros do Parlamento². Isso levou à convocação de uma reunião extraordinária de um tribunal da informação que tinha a tarefa de resolver a contenda. O tribunal finalmente decidiu a favor do Comissário de Informação. A Câmara dos Comuns entrou com uma nova apelação na primavera de 2008, desta vez à Corte Suprema, argumentando que a abertura das despesas seria uma invasão desmedida nas vidas dos membros do Parlamento, mas perdeu o caso. Muitos dos membros do Parlamento entendiam que os detalhes de suas despesas eram um assunto privado, um tipo de informação ao qual deveriam poder restringir o acesso, impedindo que outros vissem; mas qualquer direito à privacidade que eles reclamassem neste caso estava em choque direto com a alegação por parte dos outros – incluindo Heather Brooke – de que eles

^{2.} Para uma visão mais detalhada desta disputa, ver Robert Winnett e Gordon Rayner (2009).



e o público tinham direito de saber como o dinheiro público arrecadado com os impostos estava sendo gasto. Por fim, o direito à privacidade foi suplantado pelo direito do público de saber.

Logo após a derrota na Corte Suprema, em 2008, os membros da Câmara dos Comuns anunciaram que os relatórios de despesa e os recibos apresentados entre 2004 e 2008 por todos os membros do Parlamento seriam publicados em julho de 2009. Para isso foi criada uma unidade especial na Imprensa Oficial britânica para digitalizar todos os requerimentos e recibos. No momento em que todos esses documentos estivessem disponíveis eletronicamente, seriam "revisados" ou editados de forma que as informações consideradas delicadas pudessem ser removidas. Contudo, o que aconteceu não foi bem assim. E por que não? Um dos indivíduos contratados para trabalhar na revisão das despesas alega ter ficado tão chocado e revoltado que ele (ou ela – não sabemos quem foi) decidiu vazar o conteúdo para a imprensa. E como o material já estava todo no formato eletrônico, era fácil fazer uma cópia e extraviá-la. O funcionário entrou em contato com um intermediário, um ex-oficial do Serviço Aéreo Especial (SAS) chamado John Wick, cuja tarefa era encontrar um jornal que pagasse por ela a quantia declarada de £300,000. A proposta foi recusada pelo Times e por outros, mas *The Daily Telegraph* a aceitou por uma quantia não revelada, embora haja especulação de que tenha sido por volta de £120,000 - uma taxa relativamente baixa se considerarmos a natureza explosiva da informação.

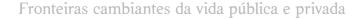
Fazia parte do acordo feito com *The Daily Telegraph* que fossem publicados os detalhes das despesas de todos os membros do Parlamento, não somente os do alto escalão, e que isso fosse feito rapidamente. Então, a partir de 8 de maio de 2009, The Daily Telegraph começou a divulgar detalhes de despesas começando pelo Primeiro Ministro e sua ordem de pagamento no valor de mais de £6000 pelos serviços de limpeza prestados por seu irmão. Seguiram-se as despesas de outros membros do gabinete, de Cameron e os integrantes do Gabinete Paralelo (Shadow Cabinet), e depois deles os da bancada do partido (backbenchers) e assim por diante. Era uma mão cheia todo dia, um vagaroso pinga-pinga de revelações bombásticas ao domínio público, e isso tudo foi rapidamente incorporado pelas outras mídias dando ao escândalo uma grande visibilidade mediada. Algumas das revelações mais controversas envolviam gastos com hipotecas que já haviam sido quitadas e recibos de compra, de reforma e de mobiliário para mais de uma propriedade (os membros do parlamento poderiam requisitar uma certa verba para constituir segundo domicílio nos casos em que isso fosse necessário para a realização de tarefas parlamentares, mas houve muitos casos em que a segunda casa era transferida ou "renegociada", fazendo com que os membros do parlamento pudessem requisitar mais de uma

propriedade). Outras revelações chocaram mais por suas razões simbólicas do que financeiras: a quantidade de dinheiro envolvido era relativamente pouca ou até mesmo banal, mas o valor simbólico era alto. Nada pode ser mais ilustrativo do que a requisição feita por Sir Peter Viggers, um abastado membro conservador do Parlamento, representante do eleitorado de Gosport em Hampshire, ao apresentar um recibo de £1645 para uma "fonte ornamental", que, sob um olhar mais atento, revelou-se uma casa-barco ancorada no porto próximo à sua casa de campo, um arranjo exótico de jardim que virou logo uma metáfora para todo o amargo caso.

As consequências políticas das revelações foram ao mesmo tempo imediatas e dramáticas. Em 20 de maio, o Presidente da Câmara dos Comuns, Michael Martin, foi forçado a renunciar – o primeiro a fazer isso em 300 anos. Muitas outras renúncias seguiram-se, e vários membros do Parlamento, tanto trabalhistas quanto conservadores, anunciaram que estariam fora das próximas eleições gerais, inclusive Sir Peter Viggers. O Partido Trabalhista sofreu uma grande baixa nas eleições europeias do início de junho, ficando em terceiro lugar, com apenas 16% dos votos. Esse fato foi particularmente desastroso para ele, mas também não se pode dizer que foi bom para os Conservadores já que muito eleitores, horrorizados com o que viam, migraram para outros partidos como o UKIP (o Partido da Independência do Reino Unido, que defende a saída do Reino Unido da Europa) e o BNP (Partido Nacional Britânico, um partido nacionalista de direita que se opõe veementemente à imigração).

Trata-se de um enorme escândalo político com sérias consequências não apenas para as carreiras de pessoas como Michael Martin, que foram forçadas a renunciar ou anunciaram abstenção das eleições, mas também para os grandes partidos políticos e para o sistema parlamentar como um todo. Então porque a abertura das despesas causou uma tempestade tão grande e que teve consequências tão extensas? Vou apontar três razões.

Primeiro e principalmente, o que foi revelado indicava que muitos dos membros do Parlamento estavam fazendo mau uso do dinheiro público em benefício próprio. Essa é uma base clássica para escândalos políticos (Thompson, 2000), mas as revelações foram particularmente nocivas porque chegaram num momento em que a Grã-Bretanha estava mergulhada numa recessão, muitas pessoas estavam sendo demitidas e tinham que lutar para ganhar o dia. E agora o que essas pessoas viam era que os membros do Parlamento estavam pleiteando todo o tipo de coisas – desde o pagamento de juros de hipoteca e melhorias nas próprias casas a gastos com alimentação, limpeza e jardinagem – às custas daqueles que pagam impostos. Alguns comentaristas deste escândalo no Reino Unido ficaram surpresos com o fato de que uma pequena quantia de dinheiro,





como foi em alguns casos, pudesse provocar tamanha raiva. Mas isso era parte do problema: todos nós que ficamos de fora temos que pagar pela nossa própria comida e se quisermos que alguém cuide do nosso jardim. Os envolvidos no escândalo são aqueles que deveriam representar nossos interesses e que poderiam muito bem bancar essas coisas, mas que secretamente arranjaram para que nós pagássemos por eles. Podem ter agido dentro da lei – e, em muitos casos, mas não em todos, foi isso o que aconteceu – mas não era essa a questão, já que foram os membros do Parlamento que determinaram regras para si mesmos e que administravam a portas fechadas, sujeitos apenas à fiscalização do gabinete da tributação dos Comuns (Commons fees office). O chocante não foi a quebra de regras, mas as práticas em si e ver quão longe os políticos eleitos estavam dispostos a ir para pleitear recursos públicos extra para seu uso pessoal. Em segundo lugar, e com a mesma importância, as revelações mostraram que o mau uso do dinheiro era *sistemático* por princípio – ou seja, não era apenas um ou dois indivíduos agindo, mas praticamente a classe política inteira. Conforme as informações foram sendo divulgadas, ficou claro que estava instaurada uma cultura de tirar proveito do sistema de financiamento de despesas. As regras eram frouxas, a fiscalização era pouca e a aplicação ruim, além do fato dos políticos de todos os partidos estarem rotineiramente mamando no sistema, especialmente com relação à possibilidade de ter uma segunda residência. Este escândalo não afetava uma ou duas pessoas quaisquer: envolvia uma classe política inteira. A sensação agora era de que toda a classe política estava atuando, assim como os bancários e os especuladores da indústria financeira com seus bônus enormes, seu estilo de vida dispendioso e cuja especulação desenfreada fez com que o governo gastasse bilhões de libras dos cofres públicos na tentativa de assegurar um sistema financeiro falido. Os políticos, ao que parecia, não eram muito melhores que os ricos especuladores.

Isso nos leva à terceira razão: o escândalo aumentou o sentimento de *desconfiança* em relação aos políticos e aos sistemas políticos em geral. Olha o que acontece quando você deixa políticos regularem a si mesmos: não se pode confiar neles. E vejam o quanto tentaram impedir que as informações viessem à tona. Mesmo publicando detalhes das despesas, como disseram que iriam fazer, estávamos diante de uma farsa, já que a maioria dos gastos mais delicados e ultrajantes foram barrados e algumas informações retiradas, fazendo com que fosse impossível entender o que tinha acontecido. Tudo serviu apenas para reforçar o sentimento de que não se pode confiar em políticos. Mas já era tarde demais, eles não precisavam se incomodar, a informação já era de domínio púbico. A profunda desconfiança com relação aos políticos e aos partidos políticos estabelecidos ajuda a explicar por que nem o partido Trabalhista e nem

o Conservador tiveram bons resultados nas eleições europeias do início de junho, e a explicar porque muitos eleitores migraram para partidos menores.

Claro que é muito cedo para avaliar as consequências desse escândalo em longo prazo. Estamos ainda no meio dessa empreitada e ele continua a reverberar na esfera pública. O auditor independente a quem foi dada a tarefa de rever as despesas dos membros do Parlamento publicou seus achados em outubro de 2009, no auge do escândalo, e encaminhou requerimentos para que muitos dos membros do Parlamento devolvessem o dinheiro de algumas das despesas. Até mesmo o Primeiro Ministro Gordon Brown foi convidado a devolver mais de £12,000, incluindo cerca de £10,000 libras gastos com serviços de limpeza num período de cinco anos. Em fevereiro de 2010, o Chefe do Ministério Público (Director of Public Prosecutions) anunciou que membros do Parlamento, três trabalhistas e um conservador, seriam igualmente acusados pelo crime de falsa identidade. A limpeza está a caminho e sem dúvidas haverá reformas introduzidas no Parlamento para que princípios mais claros sejam estabelecidos, maior escrutínio seja realizado, e requisições de despesas sejam divulgadas ao público periodicamente. Mas o que é mais difícil de aferir é qual o prejuízo em longo prazo na confiança em relação aos políticos e ao sistema político: é exatamente isso que está em jogo neste escândalo, como em todos escândalos políticos. Nesse ponto não está nada claro que essa confiança poderá ser restituída, se é que um dia será.

O escândalo das despesas dos membros do Parlamento britânico é um exemplo dramático recente de como as fronteiras cambiantes entre a vida pública e a privada são instituições e práticas prejudiciais estabelecidas levando partes inteiras da vida política e social ao caos. Embora a distinção entre o público e o privado não seja de maneira nenhuma nova, há algo de novo na maneira como estes domínios se reorganizaram com o nascimento das novas formas mediadas de comunicação na Europa do início do período moderno. A subsequente proliferação de novas tecnologias de informação e comunicação tem sido um conhecido aspecto de nosso tempo. Há algo novo na maneira como o público e o privado tornaram-se dois terrenos cada vez mais contestados, campos de batalha por informação e conteúdo simbólico que ameaçam sair do controle de indivíduos em particular. Há algo novo na maneira como nossa vida se desenrola agora num ambiente em que a capacidade de revelar e ocultar, de tornar coisas visíveis e evitar que outros o façam, são muito mais difíceis de se controlar. Isso cria uma arena permanentemente instável em que vazamentos, revelações e aberturas podem perturbar os planos mais bem arquitetados. Pensadores como Arendt e Habermas estavam certos em concentrar a atenção na relação entre o público e o privado - eles estavam certos em colocar essa

Fronteiras cambiantes da vida pública e privada



relação no centro de suas reflexões sobre a natureza mutante de nossa sociedade, mesmo que a maneira de analisarem estas mudanças tenha deixado a desejar. O ônus é agora nosso em renovar suas preocupações, sem sucumbir à deficiência de suas perspectivas. Temos que olhar novamente para essa relação essencial, tentar entender como ela está mudando no nosso mundo contemporâneo, saturado mediaticamente e pensar quais as consequências dessas mudanças para o tipo e a qualidade de nossas vida social, política e pessoal.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Anita L. *Uneasy Access: Privacy for Women in a Free Society.* Totowa, N.J.: Rowman & Littlefield, 1988.
- ARENDT, Hannah. *The human condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- GOFFMAN, Erving. *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1972.
- HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry a Category of Bourgeois Society.* Cambridge: Polity, 1989.
- NISSENBAUM, Helen. 'Privacy as Contextual Integrity', *Washington Law Review*, 79/1 (2004), pp. 119-158.
- ______. *Privacy in Context: Technology, Policy, and the Integrity of Social Life.* Stanford: Stanford University Press, 2010.
- RÖSSLER, Beate. The Value of Privacy, trs. R.D.V Glasgow. Cambridge: Polity, 2005.
- SOLOVE, Daniel J. *Understanding Privacy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2008.
- THOMPSON, John. *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media.* Cambridge: Polity, 1995.
- _____. Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age (Cambridge: Polity, 2000).
- _____. "The New Visibility", Theory, Culture and Society 22/6 (2005), pp. 31-51.
- WARREN, Samuel and BRANDEIS, Louis D. "The Right to Privacy", 4 *Harvard Law Review*, 193 (1890).
- WINNETT, Robert e RAYNER, Gordon, *No Expenses Spared.* London: Bantam Press, 2009.

TRADUZIDO POR ANDREA LIMBERTO LEITE

Artigo recebido em 5 de maio e aprovado em 21 de junho de 2010.